



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
– CAMPUS CURITIBA

ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL



CIBELE MARQUES MARIANO

**EVASÃO DO CURSO TÉCNICO DE ADMINISTRAÇÃO NOTURNO, NUMA
ESCOLA DE TELÊMACO BORBA (PR).**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

**CURITIBA
2012**

CIBELE MARQUES MARIANO

**EVASÃO DO CURSO TÉCNICO DE ADMINISTRAÇÃO NOTURNO, NUMA
ESCOLA DE TELÊMACO BORBA (PR).**

Monografia de especialização apresentada ao Departamento Acadêmico de Gestão e Economia (DAGEE), da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) / Universidade Aberta do Brasil (UAB), como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Pública Municipal.

Orientador: Prof. Msc. Jorge Carlos Correa Guerra

CURITIBA
2012

AGRADECIMENTOS

A Deus pelo dom da vida, renovado a cada provação que se apresenta e nos sonhos que se concretizam.

Aos meus pais, Nelson e Élia, pelo apoio e carinho.

Ao meu marido Sandro, que acompanhou passo a passo esse trabalho, apoiando e incentivando minha caminhada.

A minha filha Emanuele, que se absteve da minha presença, mas sempre me estimulou.

Ao meu Orientador Prof. Msc Jorge Carlos C. Guerra que aceitou o desafio de orientar o presente estudo e não mediu esforços para sua concretização.

Às tutoras Vera Lucia Galvão e Patrícia Ferreira Kuhnen pelo incentivo e constante apoio.

Aos professores da UTFPR que dignificam a sua profissão, demonstrando sabedoria e repassando-a conosco.

Aos colegas de turma pela gratificante companhia.

Ao Núcleo Regional de Educação de Telêmaco Borba, na pessoa da professora Sueli Aparecida Martins que tornou possível a realização da pesquisa.

À equipe docente e alunos do curso Técnico em Administração do Colégio Estadual Jardim Alegre pela colaboração em todas as etapas do trabalho.

Essa monografia é o que é pela sua participação e dedicação efetiva.

Quem tenta ajudar uma borboleta a sair do casulo a mata.
Quem tenta ajudar um broto a sair da semente o destrói.
Há certas coisas que não podem ser ajudadas.
Tem que acontecer de dentro para fora.

(Rubem Alves)

RESUMO

MARIANO, CIBELE MARQUES. **Evasão do curso técnico em Administração noturno, numa escola em Telêmaco Borba** - PR.2013. 55 f. Monografia (Especialização em Gestão Pública Municipal) – Educação à distância - Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba, 2013.

O problema da evasão escolar não está somente nas séries iniciais do ensino fundamental ou médio. Está tão abrangente que atingem também os cursos técnicos profissionalizantes. Esta situação tem criado debates e discussões sobre o papel do Governo, da escola, dos professores, dos alunos e da sociedade na educação escolar brasileira. Deste modo o presente estudo tem como objetivo identificar a evasão escolar no curso técnico noturno de Administração, no Colégio Jardim Alegre em Telêmaco Borba (PR), nos períodos de 2012 a 2013, sob a perspectiva dos alunos (as). Assim, analisa os motivos que levam o aluno a abandonar o curso, perfil dos alunos e tipo de projeção que ele alcança profissionalmente pós-conclusão. O Curso Técnico em Administração tem por objetivo promover formação profissional de nível técnico para os alunos e jovens da comunidade ofertada pelo Governo Estadual. Quanto à metodologia tem abordagem qualitativa/quantitativa e caráter exploratório/documental com vistas a ampliar o conhecimento a respeito da evasão escolar. Para a coleta de dados utilizou-se questionário de múltipla escolha, aplicado a 30 (trinta) alunos que evadiram o curso. Os resultados obtidos foram satisfatórios e permitiram a compreensão do cotidiano da vida destes alunos, propondo assim, ações que permitam à equipe docente enfrentar as situações que levam o aluno à desistência.

Palavras-chave: Evasão escolar. Educação Profissional. Curso Técnico em Administração.

ABSTRACT

MARIANO, CIBELE MARQUES. **Evasion technical course in Administration nightly in a school in Telemaco Borba - PR.2013.** 55 p. Monograph (Specialization in Public Management Municipal) - Distance Education - Federal Technological University of Paraná. Curitiba, 2013.

The problem of evasion is not only in the early grades of elementary or middle school . Is so comprehensive that also affect technical vocational courses. This situation has created debates and discussions about the role of government, school, teachers, students and society in Brazilian education. Therefore, the present study aims to identify truancy at night technical course of Directors, the College Garden Alegre Telemachus Borba (PR) for the periods 2012 to 2013, from the perspective of students. Thus, analyzes the reasons why the student to drop the course, students' profile and type of projection it reaches professionally post- completion. The Technical Course in Management aims to promote vocational technical level for the students and community youth offered by the State Government. Regarding the methodology is qualitative/quantitative and exploratory/documentary character approach to broaden the knowledge about evasion. To collect data, we used multiple-choice questionnaire administered to thirty (30) students that dropped the course. The results were satisfactory and allowed us to understand the everyday lives of these students, proposing thus actions that allow the teaching staff to face the situations that lead the student to withdraw .

Keywords: Evasion. Professional Education. Technical Course of Administration.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Tabela 1 Alunos Matriculados X Alunos desistentes	36
Tabela 2 Dsitribuição sexo/idade.	37
Tabela 3 Distribuição por estado civil.....	37
Tabela 4 Matriz curricular do curso técnico de Adminsitração	55
Figura 1 Composição familiar	38
Figura 2 Vínculo empregatício	38
Figura 3 Titularidade dos imóveis	39
Figura 4 Infraestrutura de serviços públicos.....	39
Figura 5 Beneficiários de Programas Sociais	40
Figura 6 Participação na vida social	40
Figura 7 Importância do trabalho	41

LISTA DE SIGLAS

CEFETs	Centros Federais de Educação Tecnológica
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IES	Instituições de Ensino Superior
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
PNE	Plano Nacional de Educação
PROEJA	Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação de Jovens e Adultos
PROEP	Programa de Expansão da Educação Profissional
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SENAT	Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SME	Sistema de Manutenção de Ensino
UNICEF	Fundos das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.	9
1.1 JUSTIFICATIVA.	10
1.2 OBJETIVOS.	11
1.3 METODOLOGIA.	11
1.4 DESENVOLVIMENTO.	12
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.	14
2.1 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL.	14
2.1.1 Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC.	20
2.1.2 Brasil Profissionalizado.	21
2.1.3 Programa Nacional da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA).	21
2.2 EVASÃO ESCOLAR EM CURSO TÉCNICO NOTURNO.	22
2.3 FATORES DE ABANDONO EM CURSOS TÉCNICOS NOTURNOS PROFISSIONALIZANTES.	26
3 METODOLOGIA.	28
4 LEVANTAMENTO E ANÁLISE DOS RESULTADOS.	30
4.1 PERFIL DO ENSINO TÉCNICO PROFISSIONAL NO ESTADO DO PARANÁ.	30
4.2 O PERFIL DA CIDADE DE TELÊMACO BORBA.	31
4.3 PERFIL DO COLÉGIO ESTADUAL JARDIM ALEGRE EM TELÊMACO BORBA (PR).	32
4.4 PERFIL DO ALUNO DO CURSO TÉCNICO NOTURNO DE ADMINISTRAÇÃO.	34
4.5 PERFIL DO CURSO TÉCNICO DE ADMINISTRAÇÃO DO COLÉGIO PESQUISADO.	34
4.6 PERCEPÇÕES SOBRE A EVASÃO, DOS EGRESSOS DO CURSO PESQUISADO.	35
4.7 SUGESTÕES PARA OS PROBLEMAS RELATADOS.	42
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.	45
REFERÊNCIAS.	47
ANEXOS	51
APÊNDICE A	52
ANEXO A.	55

1 INTRODUÇÃO.

Hoje em dia a evasão escolar é uma questão bem abrangente e complexa fazendo parte do cotidiano da vida de muitos brasileiros, é um problema antigo e um dos mais sérios da educação brasileira. O Ensino Noturno, por si só, é um “segundo plano“, na vida de alguns alunos embora, sempre, visto pelos profissionais da educação com a mesma consideração que o Ensino Diurno. O aluno muitas vezes busca melhorar seu perfil através de um curso técnico e sendo a evasão escolar no ensino noturno um fenômeno inserido num grau muito alto de complexidade, que envolve além e, sobretudo fatores socioeconômicos e culturais percebe-se a responsabilidade da escola, muitas vezes com despreparo para desempenhar essa tarefa, vindo a afastar esses alunos e abandonando sua importante missão de desempenhar o papel de cidadania.

A presente monografia tem como objetivo a necessidade de uma maior compreensão e apresentação das razões/motivos da evasão escolar em um curso subsequente do período noturno de Administração no Colégio Estadual Jardim Alegre de Telêmaco Borba – PR, analisando aspectos do perfil dos alunos e as causas dessa evasão.

O curso técnico subsequente noturno de Administração, ministrado no Colégio Estadual Jardim Alegre, implantado pelo governo do Paraná em 2010, tem por objetivo além de promover qualificação profissional de nível técnico para a população em geral também dar um início para aperfeiçoamento e ampliação de conhecimentos que poderão ser adquiridos em um curso universitário. As escolas públicas do Estado do Paraná ofertam atualmente duas formas de curso técnico: integrado e subsequente. Integrado para alunos egressos do Ensino Fundamental. Subsequente para alunos egressos do Ensino Médio.

A Política de Educação Profissional é de vital importância para que à consolidação de ações efetivas que resultem no aperfeiçoamento da democracia, na melhor qualificação do cidadão brasileiro, jovem ou trabalhador, na sua participação como agente de transformação da sociedade para o desenvolvimento de uma nação mais digna e conseqüente redução das desigualdades sociais que tanto assolam o nosso país trazendo o sonho do cidadão brasileiro: a esperança de que a educação se concretize de fato e de direito para todos, sem nenhuma exclusão.

A Educação Profissional deve estar inserida em um projeto social mais amplo, articuladas às políticas de desenvolvimento econômico local, como uma maneira de inclusão

social, onde haja políticas competentes para uma educação de qualidade, capaz de fomentar a estabilidade e o êxito desses alunos, principalmente daqueles mais marginalizados que não conseguem enxergar um futuro tão promissor assim.

A evasão escolar ocupa até os dias de hoje, infelizmente, um espaço primordial nas reflexões sobre a educação de modo geral e nas políticas públicas, sendo que o ponto central são os motivos reais que levam o aluno a abandonar a escola. Esses fatos são uma incógnita e traz consequências negativas para a sociedade, pois todos se questionam e tentam descobrir os fatores que desencadeiam essa triste realidade. As políticas governamentais em face ao cenário atual têm sido colocadas em prática para erradicar a evasão escolar e têm sido insuficientes para que o aluno permaneça no banco escolar e adquira o conhecimento tão valioso que pode lhe proporcionar um futuro mais digno e com qualidade de vida.

1.1 JUSTIFICATIVA.

A escolha do tema deve-se ao fato da autora desta pesquisa trabalhar no Colégio Estadual Jardim Alegre de Telêmaco Borba (PR), e perceber que quando o referido Colégio abre as inscrições para o Curso Técnico de Administração noturno, há muita procura, a lista é grande e como somente funcionam turmas com no mínimo trinta e cinco alunos e no máximo quarenta, muitas vezes formam-se uma ou duas turmas e geralmente ficam pessoas aguardando para uma turma extra. Passado um determinado tempo, pós começo das aulas, muitos alunos (as) começam a desistir ficando a sala de aula quase vazia e no final do curso de um ano e meio, formam-se somente dezoito ou vinte alunos (as).

Deste modo, acredita-se que os resultados alcançados com a presente pesquisa, através do conhecimento do perfil desses alunos (as), é possível ter uma visão mais específica sobre a evasão dos mesmos, contribuindo para o colégio tentar sanar ou minimizar os problemas.

Outro fato que direcionou para o assunto em questão são os relatos de professores e diretores do colégio que se mostram preocupados com o Curso Técnico de Administração noturno por apresentar um índice considerável de evasão, fazendo com que todos se questionem sobre os motivos que levam o aluno (a) a abandonar a sala de aula.

Há também o intuito de verificar se o Curso Técnico de Administração noturno que é ofertado no Colégio Estadual Jardim Alegre, está agregando valor e possibilitando aos alunos (as) melhores condições de acesso e qualificação ao mercado de trabalho.

1.2 OBJETIVOS.

- Identificar a evasão escolar no curso técnico noturno de Administração, no Colégio Jardim Alegre em Telêmaco Borba (PR), nos períodos de 2012 a 2013, sob a perspectiva dos alunos (as).
- Comentar as políticas e ações públicas de evasão escolar direcionadas para cursos técnicos noturnos;
- Analisar a evasão escolar no Curso Técnico de Administração, no período noturno, do Colégio Estadual Jardim Alegre;
- Identificar o perfil dos alunos (as) que participam do curso técnico de Administração no Colégio Estadual Jardim Alegre, bem como seu desempenho profissional pós curso analisado;
- Fornecer subsídio ao Colégio Estadual Jardim Alegre para avaliação do curso ofertado.

1.3 METODOLOGIA.

Para este trabalho será empregada a pesquisa bibliográfica que “é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (GIL, 2007, p.44), procurando, investigando em meio eletrônico, livros, periódicos, disponíveis nas várias formas de arquivos públicos, particulares, em bibliotecas físicas e por meio de estudo de caso.

Será utilizado também o método qualitativo e quantitativo, visto que o objetivo real da pesquisa é investigar com os alunos desistentes o motivo dessa evasão no curso técnico

noturno de Administração e organizar os dados coletados de forma estatística e também analisar as informações no contexto que estão inseridas.

A pesquisa qualitativa tem seu foco de interesse amplo e parte de uma expectativa diferenciada da adotada pelos métodos quantitativos, ela é direcionada para o fenômeno que se pretende estudar, permitindo que o pesquisador o compreenda melhor, segundo a perspectiva da situação estudada, sendo que reúne sua própria interpretação dos fenômenos apreciados.

O método quantitativo será aplicado devido o interesse em buscar uma amostra representativa do universo que será estudado, onde será identificado o grau de conhecimento da população pesquisada, as opiniões, impressões, hábitos, comportamentos que trarão informações de natureza mais objetiva e aparente. O instrumento utilizado na coleta de dados é um questionário, com questões fechadas (com alternativas pré-definidas) e abertas, isto é, sem a predefinição de alternativas, em que o entrevistado responde livremente.

O questionário será aplicado a uma amostra de 30 (trinta) alunos (as) evadidos do ensino técnico noturno de Administração no período de 2012 a 2013.

1.4 DESENVOLVIMENTO.

A monografia compõe-se de seis capítulos, a saber: Introdução, Referencial Teórico, Metodologia, Levantamento e Análise dos Resultados, Considerações Finais e as Referências.

A Introdução irá apresentar uma breve contextualização do tema da pesquisa. Segue-se a delimitação do tema proposto, a formulação do problema de pesquisa, o levantamento dos objetivos gerais e específicos, a descrição da justificativa, por fim, como será a descrição da metodologia de pesquisa e por último o desenvolvimento da mesma.

No segundo capítulo têm-se o referencial teórico com a investigação do tema escolhido. O terceiro capítulo apresenta a metodologia adotada para a realização da presente monografia.

O quarto capítulo refere-se ao Levantamento de Dados e Análise de Resultados sobre os motivos que levam a evasão do curso técnico noturno de Administração oferecido pelo Colégio Estadual Jardim Alegre.

No quinto capítulo são apresentadas as Considerações Finais, assim como futuras propostas/ideias para que possa se melhorar ou pelo menos diminuir em partes o abandono do referido curso.

O sexto e último capítulo apresenta o Referencial Bibliográfico que serviu de base para a realização deste trabalho.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.

Este capítulo trata do referencial teórico com a busca de informações referentes ao tema proposto, cujas palavras chaves são: Educação profissional no Brasil; Fatores de abandono em cursos técnicos noturnos profissionalizantes; Perfil do aluno (a) do curso técnico noturno de Administração; Evasão escolar em curso técnico noturno de Administração; Valor de um curso técnico para se sobressair no mercado de trabalho com uma melhor qualificação profissional.

2.1 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL.

“A educação é o único caminho para transformação humana social dos indivíduos, conduzindo-os para uma visão crítica, conscientizando e preparando-os para viverem em sociedade e assumindo a sua cidadania” (MARX, 1991, p 27).

De acordo com a Lei das Diretrizes e Bases (LDBEN),

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL 1996, p.2).

Portanto, previstas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, sob a responsabilidade da família e do Estado, obrigações para que o aluno desenvolva seu conhecimento.

Saviani (1991, p. 23) coloca que a educação é concebida como “produção do saber”, pois o ser humano tem capacidade de criar ideias, de desenvolver atitudes e uma variedade de conceitos. A ação de educar tem a perspectiva de um processo onde o “professor” é o produtor do saber e o “aluno” consumidor do saber. O papel do professor seria o de produzir a aula que seria consumida pelo aluno.

No Brasil a educação deve ser administrada e organizada separadamente por cada nível de governo. O Governo Federal, os Estados, o Distrito Federal e os municípios devem

administrar seus correspondentes sistemas de ensino sendo responsável pela manutenção e pelos mecanismos que produzam fontes de recursos financeiros.

A educação brasileira é regida pelo Governo Federal, por meio do Ministério da Educação que determina as doutrinas que irão orientar a organização de programas educacionais.

Os governos locais estabelecem programas educacionais estaduais e devem seguir as orientações para uso dos financiamentos ofertados pelo Governo Federal.

Desde os tempos mais remotos da colonização no Brasil tivemos os primeiros aprendizes de ofícios os índios e os escravos, e “habitou-se o povo de nossa terra a ver aquela forma de ensino como destinada somente a elementos das mais baixas categorias sociais” (FONSECA, 1961, p. 68). Os filhos de homens brancos tinham um ensino especializado nas Casas de Fundação onde eram avaliadas as habilidades dos aprendizes em um período de cinco a seis anos.

Foram criados nessa época os Centros de Aprendizagem de Ofícios nos Arsenais da Marinha no Brasil os quais traziam operários de Portugal ou recrutavam pessoas pelas ruas que pudessem produzir.

Em 1800 as crianças e jovens aprendiam além da instrução primária ofícios de tipografia, encadernação, alfaiataria, carpintaria, tornearia, sapataria, entre outros. Em 1808, D. João VI funda o Colégio das Fábricas com o objetivo de acolher os artistas e aprendizes vindos de Portugal para se aperfeiçoarem (NASCIMENTO; NASCIMENTO, 2009, p. 48).

Um ano após a abolição da escravatura, em 1889, havia aproximadamente 54 mil trabalhadores em um total de 636 fábricas instaladas no país com predominância de relações de trabalhos rurais pré-capitalistas.

O ensino técnico no Brasil foi criado pelo Decreto nº 787, de 11 de setembro de 1906, abrindo quatro escolas profissionais no Rio de Janeiro por Nilo Peçanha, atual presidente da época, sendo três escolas para o ensino de ofícios e uma para aprendizagem agrícola (BRASIL, 2009, p. 2).

Com relação a esse aspecto Moura (2007) ressalta que algumas ações em 1906 no governo de Nilo Peçanha, assinalaram a consolidação do ensino técnico-industrial no Brasil e em 23 de setembro de 1909 foi assinado o Decreto nº 7566 que cria dezenove “Escolas de Aprendizes Artífices”, destinadas ao ensino profissional, primário e gratuito para os pobres e humildes.

Como nessa época havia muita exclusão o governo começa a implantar programas para tentar aumentar o índice de escolaridade.

O oferecimento obrigatório do ensino profissional no Brasil foi sancionado pelo Congresso Nacional em 1927.

Em 14 de novembro de 1930 foi estruturada a Inspeção do Ensino Profissional Técnico onde houve uma expansão muito grande do ensino industrial com uma política de criação de novas escolas industriais e novas especializações nas escolas existentes (BRASIL, 2009, p. 4).

A Constituição brasileira de 1937 em seu artigo 129 foi quem tratou pela primeira vez do ensino técnico, profissional e industrial, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais colocando como dever das indústrias e dos sindicatos econômicos a criação de escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários ou de seus associados.

Art 129 - A infância e à juventude, a que faltarem os recursos necessários à educação em instituições particulares, é dever da Nação, dos Estados e dos Municípios assegurar, pela fundação de instituições públicas de ensino em todos os seus graus, a possibilidade de receber uma educação adequada às suas faculdades, aptidões e tendências vocacionais.

O ensino pré-vocacional profissional destinado às classes menos favorecidas é em matéria de educação o primeiro dever de Estado. Cumpre-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais. É dever das indústrias e dos sindicatos econômicos criar, na esfera da sua especialidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários ou de seus associados. A lei regulará o cumprimento desse dever e os poderes que caberão ao Estado, sobre essas escolas, bem como os auxílios, facilidades e subsídios a lhes serem concedidos pelo Poder Público (BRASIL, 1937).

Uma série de reformas implantadas por Gustavo Capanema em 1942 conhecidas como Leis Orgânicas do Ensino complementaram os três setores da economia e em 25 de fevereiro de 1942 as escolas passam a denominar-se Escolas Industriais e Técnicas sendo a formação profissional equivalente ao secundário, sendo que os alunos formados nos cursos técnicos estavam autorizados a ingressar no ensino superior na mesma área de sua formação.

De acordo com Paraná,

A solidificação dos ideais nacionalistas apareceu com muita evidência na Reforma Capanema, em 1942, ao atribuir ao ensino secundário um caráter patriótico. Com esse propósito, o currículo oficial buscava atrelar todos os conteúdos ao nacionalismo. O curso secundário foi organizado em dois níveis: ginásial de quatro anos, e colegial, de três. O colegial era dividido em duas modalidades: o clássico, procurado pela elite, possibilitava o ingresso na universidade, e o técnico, que tinha como finalidade a formação profissional dos alunos, não dando acesso ao ensino superior (PARANÁ, 2008, p. 41).

Desta forma, observa-se que a “Reforma Capanema” introduziu modificações significativas no ensino brasileiro, as quais são destacadas em Brasil,

o ensino profissional passou a ser considerado de nível médio; o ingresso nas escolas industriais passou a depender de exames de admissão; os cursos foram divididos em dois níveis, correspondentes aos dois ciclos do novo ensino médio: o primeiro compreendia os cursos básico industrial, artesanal, de aprendizagem e de mestria. O segundo ciclo correspondia ao curso técnico industrial, com três anos de duração e mais um de estágio supervisionado na indústria, e compreendendo várias especialidades (BRASIL, 2009, p. 4).

Nota-se, ainda, neste período importantes avanços nos instrumentos legais, tais como: Decreto que criou o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial-SENAI (Decreto-lei 4028, de 22 de janeiro de 1942); Lei Orgânica do Ensino Industrial (Decreto-lei 4073, de 30 de janeiro de 1942); Lei Orgânica do Ensino Secundário (Decreto-lei 4244, de 9 de abril de 1942); Lei Orgânica do Ensino Comercial (Decreto-lei 6141 de 28 de dezembro de 1946); Lei Orgânica do Ensino Primário (Decreto-lei 8529, de 2 de janeiro de 1946); Lei Orgânica do Ensino Normal (Decreto-lei 8530, de 2 de janeiro de 1946); e, Decretos que criaram o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC. (Decretos-lei 8.621 e 8.622 de 10 de janeiro de 1946).

Entre 1956 e 1961, com o Plano de Metas do governo de Juscelino Kubitschek o setor de educação tem previsto investimentos da ordem de 3,4% justamente com o objetivo de formar profissionais para as metas de desenvolvimento do país (BRASIL, 2009, p. 4).

As Escolas Industriais e Técnicas são transformadas em Escolas Técnicas Federais em 1959 alcançando autonomia didática e de gestão reforçando a formação de técnicos devido à aceleração do processo de industrialização.

Todo currículo de segundo grau passa a ser técnico-profissional com a instituição da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira – LDB, nº 5692, de 11 de agosto de 1971. Há necessidade em caráter de urgência de se formar técnicos e as Escolas Técnicas Federais elevam de forma significativa o número de matrícula e introduzem novos cursos técnicos (BRASIL, 1971).

Em 30 de junho de 1978 é promulgada a Lei nº 6.545, que, três Escolas Técnicas Federais (Minas Gerais, Paraná e Rio de Janeiro) são transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica – CEFETs com o intuito de formar engenheiros de operação e tecnólogos (BRASIL, 1978).

Em 1982 com o Decreto nº 87.043 que estabeleceu o recolhimento de 2,5% sobre a folha de pagamento dos empregados das empresas para fins de arrecadação do salário-

educação, sendo o mesmo realizado pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), o qual recebe uma remuneração de 1% como taxa de administração, e pelo FNDE, quando as empresas fizerem opção pelo Sistema de Manutenção de Ensino (SME). E ainda a Lei 7.044 de 1982 que alterou os dispositivos de obrigatoriedade da educação profissionalizante, sendo que a profissionalização passou a ser opção da escola e do aluno (TOZETTO, *et al.*, 2009, p. 52).

A Constituição Federal de 1988 ampliou a autonomia dos municípios, permitindo-lhes que organizassem seus próprios sistemas de ensino, independentemente de supervisão estadual ou federal. No entanto, não havia critérios legais para a divisão de responsabilidades na educação e o financiamento das redes de ensino era caótico.

A nova Constituição instituiu a vinculação de 25% das receitas de estados e municípios e de 18% das receitas da União à educação. Nos anos seguintes, o descumprimento da vinculação constitucional generalizou-se. A lei reservou recursos, mas não introduziu mecanismos de fiscalização e de controle eficientes. Governos estaduais e municipais usavam de artifícios para incluir no orçamento da educação outros gastos administrativos.

Com relação à Educação Profissional, há que se destacar o Art. 205 que reconhece a educação como “direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1989, p. 137)..

Em 1994 com a Lei nº 8948, de 08 de dezembro, tem-se a transformação gradativa das Escolas Técnicas Federais e as Escolas Agrotécnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica – CEFETs, levando em conta critérios estipulados pelo Ministério da Educação como instalações físicas, condições técnico-pedagógicas e administrativas, recursos humanos e financeiros, laboratórios adequados, equipamentos apropriados, enfim, criou-se um decreto específico para que cada centro educacional pudesse funcionar de forma a atingir o objetivo proposto (BRASIL, 1994).

Em 20 de dezembro de 1996 é sancionada a Lei nº 9394, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, na qual o Capítulo III, Art. 39 a 42 trata exclusivamente sobre a Educação Profissional fazendo com que a mesma torne-se um mecanismo de favorecimento a inclusão social e democratização dos bens sociais de uma sociedade implantando ainda o sistema de certificação profissional. O Art. 42 delibera sobre as Escolas técnicas e profissionais, nos seguintes termos: “as escolas técnicas e profissionais, além dos seus cursos regulares, oferecerão cursos especiais, abertos à comunidade, condicionada a matrícula à

capacidade de aproveitamento e não necessariamente ao nível de escolaridade (BRASIL, 1996).

Em seguida tem-se a regulamentação da Educação Profissional com a criação do Programa de Expansão da Educação Profissional – PROEP com o Decreto nº 2208 de 17 de abril de 1997 (BRASIL, 1997).

Para melhor configurar a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica brasileira, foram criadas 140 unidades entre 1909 e 2002.

Em 2005 temos a construção de 64 novas unidades de ensino com o lançamento da primeira fase do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica de acordo com a publicação da Lei nº 11.195 de 18 de novembro de 2005, em cujo Art. 3, § 5, lê-se,

A expansão da oferta de educação profissional, mediante a criação de novas unidades de ensino por parte da União, ocorrerá, preferencialmente, em parceria com Estados, Municípios, Distrito Federal, setor produtivo ou organizações não governamentais, que serão responsáveis pela manutenção e gestão dos novos estabelecimentos de ensino (BRASIL, 2005).

Nesse mesmo ano feita a Transformação do CEFET – Paraná em Universidade Tecnológica Federal do Paraná, através da Lei nº 11.184 de 7 de outubro 2005 (BRASIL, 2005)

Em 13 de julho de 2006, através do Decreto nº 5.840, é instituído o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação de Jovens e Adultos – PROEJA e lançado o Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia para normatizar as denominações dos cursos ofertados por instituições de ensino privado e público. Os Documentos Base do PROEJA e a partir da construção do projeto pedagógico integrado, os cursos Proeja podem ser oferecidos das seguintes formas:

1- Educação profissional técnica integrada ao ensino médio na modalidade de educação de jovens e adultos. 2- Educação profissional técnica concomitante ao ensino médio na modalidade de educação de jovens e adultos. 3- Formação inicial e continuada ou qualificação profissional integrada ao ensino fundamental na modalidade de educação de jovens e adultos. 4- Formação inicial e continuada ou qualificação profissional concomitante ao ensino fundamental na modalidade de educação de jovens e adultos. 5- Formação inicial e continuada ou qualificação profissional integrada ao ensino médio na modalidade de educação de jovens e adultos. 6- Formação inicial e continuada ou qualificação profissional concomitante ao ensino médio na modalidade de educação de jovens e adultos (BRASIL, 2006).

O lançamento da segunda fase do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica se dá em 2007 tendo como meta entregar à população mais 150

novas unidades, cobrindo todas as regiões do país, ofertando cursos de qualificação, de ensino técnico, de ensino superior e de pós-graduação, de acordo com as necessidades do desenvolvimento regional e local.

Percebe-se então que a Educação Profissional e Tecnológica no Brasil além de contribuir para a elevação da escolaridade dos trabalhadores está se adequando a um novo mundo do trabalho que está em constante evolução e permanente mudança dia após dia.

Pensando em uma educação mais abrangente e de qualidade o Governo Federal fez o Projeto de Lei Projeto nº 8.035/2010 que cria o Plano Nacional de Educação (PNE), para vigorar de 2011 a 2020. O PNE apresenta dez diretrizes objetivas e vinte metas seguidas de estratégias para poder alcançá-las. Essas metas deverão ter como referências os censos nacionais de educação básica e superior e a sua consecução juntamente com implementação das estratégias deverão ser realizadas em regime de colaboração entre União, Estados e Municípios que deverão estabelecer mecanismos de acompanhamento das estratégias com vistas à concretização das metas.

Dentre as metas estabelecidas para a Educação profissional pelo Plano Nacional de Educação 2011/2020:

Meta 10: Oferecer, no mínimo, 25 % das matrículas de educação de jovens e adultos na forma integrada à Educação profissional nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio.

Meta 11: Duplicar as matrículas da Educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2011, p. 32).

Entre as ações do Governo alguns programas contribuem de maneira específica para atender certas características da população brasileira.

2.1.1 Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC.

Criado em 2011, pelo Governo Federal, através da Lei nº 12.513, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC tem como objetivo geral ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica beneficiando estudantes do ensino médio da rede pública, inclusive da Educação de Jovens e Adultos; Trabalhadores; e, Beneficiários dos programas federais de transferências de Renda.

No PRONATEC são oferecidos cursos gratuitos nas escolas públicas federais, estaduais e municipais, nas unidades de ensino do SENAI, do SENAC, do SENAR e do

SENAT, em instituições privadas de ensino superior e de educação profissional técnica de nível médio. Os cursos ofertados são: Técnico para quem concluiu o ensino médio, com duração mínima de um ano; Técnico para quem está matriculado no ensino médio, com duração mínima de um ano; e, Formação Inicial e Continuada ou qualificação profissional para trabalhadores, estudantes de ensino médio e beneficiários de programas federais de transferência de renda, com duração mínima de dois meses.

2.1.2 Brasil Profissionalizado.

Criado em 2007, o Brasil Profissionalizado possibilita a modernização e a expansão das redes públicas de ensino médio integradas à educação profissional, que consta no Plano Nacional de Educação como meta, integrando o ensino médio à prática.

O Brasil Profissionalizado leva em consideração o desenvolvimento da educação básica na rede local de ensino e faz uma projeção dos resultados para a melhoria da aprendizagem. Um diagnóstico do ensino médio contém a descrição dos trabalhos político-pedagógicos, orçamento detalhado e cronograma das atividades. O incremento de matrículas e os indicadores sociais da região, como analfabetismo, escolaridade, desemprego, violência e criminalidade de jovens entre 18 e 29 anos também são analisados (BRASIL, 2007).

2.1.3 Programa Nacional da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA).

O Governo Federal instituiu em 2005 o primeiro Decreto do PROEJA nº 5478, de 24 de junho de 2005, sendo substituído pelo Decreto nº 5840, de 13 de julho de 2006, onde insere novas diretrizes tendo como perspectiva incluindo a oferta de cursos PROEJA para o público do ensino fundamental da EJA.

O PROEJA tem como objetivo integrar à educação profissional à educação básica buscando a superação da dualidade de trabalho manual e intelectual, assumindo o trabalho na sua perspectiva criadora e não alienante.

De acordo com o Decreto nº 5840, de 13 de julho de 2006, os Documentos Base do PROEJA e a partir do projeto pedagógico integrado, os cursos PROEJA podem ser oferecidos das seguintes formas:

1- Educação profissional técnica integrada ao ensino médio na modalidade de educação de jovens e adultos. 2- Educação profissional técnica concomitante ao ensino médio na modalidade de educação de jovens e adultos. 3- Formação inicial e continuada ou qualificação profissional integrada ao ensino fundamental na modalidade de educação de jovens e adultos. 4- Formação inicial e continuada ou qualificação profissional concomitante ao ensino fundamental na modalidade de educação de jovens e adultos. 5- Formação inicial e continuada ou qualificação profissional integrada ao ensino médio na modalidade de educação de jovens e adultos. 6- Formação inicial e continuada ou qualificação profissional concomitante ao ensino médio na modalidade de educação de jovens e adultos (BRASIL, 2006).

Para a melhoria das condições de oferta de cursos em andamento e também para a implantação de novos cursos, a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC/MEC) desenvolve várias ações para que jovens e adultos consigam uma formação adequada que vá de encontro às ofertas do mercado de trabalho.

2.2 EVASÃO ESCOLAR EM CURSO TÉCNICO NOTURNO.

Evasão escolar é quando o aluno deixa de frequentar a escola, isto é, abandonou-a ou então reprovou em determinada série e não efetiva sua matrícula para o ano seguinte.

Dados apontados por autores Ferraro (1999), como Menezes-Filho (2001), Neri (2009) e Ministério da Educação e Cultura (1998), informam que a evasão escolar e a repetência são derivadas da união de várias causas. Dentre elas, pode-se citar: problemas sociais, descaso do governo, escola desinteressante, professores que não estão bem preparados e muitas vezes desmotivados financeiramente, alunos que precisam trabalhar, dificuldade de acesso à escola, enfim, são tantas que atualmente muitos trabalhos e pesquisas estão sendo realizadas para tentar entender e colocar em prática ações que vise auxiliar a reduzir e por fim nessa questão que acaba trazendo consequências gravíssimas para a sociedade como um todo.

Pode-se medir a evasão escolar através do contingente de alunos que tendo iniciado seus estudos em um curso específico, em um sistema de ensino ou IES (Instituições de Ensino Superior), não teve êxito em obter o certificado ao fim de um número de anos estipulado.

O duelo travado é fazer com que o aluno permaneça no banco escolar e consiga dominar o conhecimento de forma crítica, expressando suas ideias, tornando-se um cidadão que enfrente os desafios da sociedade em que vive participando ativamente da democracia e contribuindo culturalmente, politicamente e socialmente sendo um agente transformador no contexto em que está inserido.

Conforme a visão de Arroyo,

na maioria das causas da evasão escolar tem se a responsabilidade de atribuir à desestruturação familiar, e o professor e o aluno não tem responsabilidade para aprender, tornando-se um “jogo de empurra.” Diante disso a escola precisa estar predisposta com professores empreendedores, proativos, responsáveis e que tenham diante da realidade que estão sujeitos a força de vontade para inovar e buscar sempre a forma mais eficiente e eficaz de tornar a sua sala de aula estimulante e com atrativos que despertem o aluno para o aprendizado (ARROYO, 1997, p. 23).

Existiam escolas noturnas em várias províncias do país para adultos analfabetos, que não tinham condições de estudar na idade certa e nem conseguiam estudar no período diurno devido ao trabalho.

As primeiras escolas noturnas começaram a surgir por volta de 1870 quando a economia brasileira, alavancada pelos ideais liberais, começava a apresentar grandes progressos. Embora a prosperidade econômica brasileira merecesse destaque, a população ainda apresentava índices elevados de analfabetismo, sendo um indicador negativo da civilização da nação.

Assim, várias aulas e cursos noturnos foram criados, ora por iniciativa do governo provincial, ora por particulares, como a ação individual de professores ou até mesmo de associações, agremiações literárias que destinavam instruir os “desvalidos” da sorte. Tais iniciativas surgem muito provavelmente como um desejo da elite letrada na tentativa de dar uma cara moderna ao País do que promover a ascensão da cultura letrada para aqueles economicamente pobres (CORREIA, 2011, p. 16).

Essas escolas foram assumidas pelo poder público e o acesso ao estudo no período noturno era para poucos, existia cursos somente nas capitais ou em alguns centros urbanos. As dificuldades enfrentadas no período noturno desde essa época sempre foram complicadas como: gratificações pagas aos professores de acordo com a quantidade de alunos; nas primeiras escolas noturnas quem frequentava eram somente alunos do sexo masculino; se não atrapalhasse as escolas diurnas então eram autorizados o funcionamento dessas escolas noturnas; toda a legislação, a disciplina, o conteúdo e os critérios eram iguais as dos cursos diurnos, sendo que essas classes noturnas eram dirigidas para a alfabetização de adultos e a continuação dos estudos iniciais. Em seguida houve a necessidade de incluir o Ensino Secundário, hoje conhecido como Ensino Médio, no período noturno.

Neste sentido, observam-se as seguintes considerações:

Nos quadros de um modelo econômico — que situa o Brasil, de acordo com relatórios do Banco Mundial de 1989 e da UNICEF de 1990, como o 1º colocado quanto ao Produto Nacional Bruto, entre 131 países pesquisados, mas, ao mesmo tempo, como o 6º colocado quanto aos maiores índices de evasão escolar, numa amostra de 112 países — mantém-se um sistema escolar cada vez mais invadido pelos trabalhadores, que, entretanto ostensivamente, os ignora e discrimina como tais. Se somarmos a isso a indigência físico-material e científico-técnica da maioria das escolas noturnas e as condições de desvalorização do trabalho docente pelas políticas oficiais de qualificação e, sobretudo de remuneração salarial dos trabalhadores em educação, reforçaremos a conclusão de que a qualidade do ensino noturno para os trabalhadores é um sonho de realização ainda muito distante. Sem essa qualidade, a democratização da escola, mesmo que se multiplique por três o índice de acesso ou o tempo de frequência escolar, não será mais que uma falácia utilizável contra os interesses dos próprios trabalhadores e subalternos (SGUISSARDI; PUCCI, 1992, p. 52).

O ensino noturno gera situações complicadas e algumas particularidades específicas que merecem destaque como: boa parte dos professores está no terceiro turno de trabalho e quando chegam à escola, à noite, estão cansados, enfrentam salas numerosas e dificuldades de infraestrutura; a maioria dos alunos trabalha o dia todo, alguns até em atividades difíceis e pesadas; aulas sem nenhuma motivação, conteúdos desinteressantes, etc.

A prática profissional da pesquisadora permite afirmar que, por necessidade de sobrevivência, a maioria dos alunos do período noturno são aqueles que estão inseridos no mercado de trabalho sem a devida qualificação profissional e que vão para a escola para buscar algo melhor ou muitas vezes por imposição das empresas que desejam que tais profissionais estejam matriculados em um curso profissionalizante.

Com certeza esses alunos procuram além da formação profissional e de informações que lhe auxiliem no dia-a-dia, no esforço pela sobrevivência, algo diferente, algo que lhe chame a atenção e que lhe interesse realmente. Se a escola não corresponde às suas expectativas, ele, com certeza, será induzido a desistir de frequentá-la.

O que é vivido no ambiente de trabalho assinala excessivamente o vínculo do aluno com a escola e produz uma possibilidade súbita do que a escola pode lhes conceder muito além do que somente a instrução, pois procuram igualdade de oportunidades e formas de não exclusão.

A razão de termos esses alunos trabalhadores, que, como diz Arroyo (1997, p. 28), “são trabalhadores que estudam”, é que a partir daí que pode se começar a entender o motivo de termos essa evasão escolar, esse fracasso, que no ensino noturno é muito evidente e que possibilita defrontar-se com uma apropriada e necessária solução para que esse tipo de aluno não se evada.

Diz a Constituição, no artigo 208 do capítulo III Inciso VI – "oferta de ensino noturno regular adequada às condições do educando".

Rodrigues (1995) e Kuenzer (1991) afirmam que a propagação dos cursos noturnos simbolizou ao mesmo tempo a democratização do acesso à escola, e a fortificação de mais uma divisão da própria escola. A democratização do acesso à escola devido a uma alteração qualitativa no perfil socioeconômico de quem procura por esses cursos além do aumento de matrículas e da expansão da rede pública.

Segundo Rodrigues,

o aluno (a) trabalhador cumpre sua jornada de trabalho durante o dia e à noite, na escola, ele precisa pensar, raciocinar, reproduzir, calcular e planejar. Ele passa da situação de trabalhador braçal, muitas vezes, para trabalhador intelectual estabelecendo um tipo de relação com a escola diferente daquele que os alunos do período diurno estabelecem. E essa relação provoca a exclusão dos alunos do período noturno porque o ensino que recebe muitas vezes é defasado daquele oferecido nos cursos diurnos, os conteúdos, a avaliação e à carga horária é diferenciada tendo como alegação as justificativas de que: o aluno vem cansado, ou não tem interesse ou ainda que não têm responsabilidade, pois chega atrasado, tem muitas faltas, desiste (RODRIGUES, 1995, p. 21).

São alunos dos cursos noturnos, que chegam com dificuldades nos conteúdos básicos, essa defasagem torna ainda mais difícil progredir no estudo técnico devido ao fato de já terem passado por séries anteriores com baixo rendimento, dá para perceber isso claramente na disciplina de Matemática Financeira, onde há necessidade do básico que foi estudado em séries do ensino fundamental e médio. Nesse ponto é que a reprovação vem de encontro ou então, a desistência na metade ou até mesmo no início do curso (TOGNI; CARVALHO, 2007).

Ainda, segundo Togni; Carvalho,

não se pode afirmar que todos os alunos que estudam no noturno têm emprego fixo e que por causa desse trabalho é que optam pelo estudo nesse período pois essa escolha pode ser por outros fatores como: Inúmeras reprovações; Melhor capacitação para o trabalho; Por precisar colaborar com a renda da família; Muitos precisam ajudar nas tarefas de casa durante o dia; Conviver com pessoas da mesma faixa etária (TOGNI; CARVALHO, 2007).

O que se observa é que, devido a grandes avanços tecnológicos e ao mercado de trabalho, provenientes da atual estrutura social globalizada, muitas daquelas pessoas que não tiveram uma escolarização adequada e/ou suficiente foram impulsionadas a buscar novas alternativas para se inserirem em um processo educacional, visando uma maior qualificação profissional. Assim, a educação representa a possibilidade de mudança e busca de uma melhor qualidade de vida, por meio de uma ascensão profissional e pessoal.

2.3 FATORES DE ABANDONO EM CURSOS TÉCNICOS NOTURNOS PROFISSIONALIZANTES.

A prática profissional da pesquisadora permite observar que os alunos realizam a matrícula no curso técnico noturno com grande entusiasmo e que procuram desesperadamente conseguir a vaga na sensação de que iniciando o curso automaticamente vão mudar de vida. Será tudo fácil, o emprego que estava faltando vai aparecer, àqueles que já estão no mercado de trabalho vão ter reconhecimento ou um aumento de salário devido já estar matriculado em um curso técnico, e assim por diante. Nota-se que esses alunos querem que as coisas funcionem muito rapidamente e não param para pensar que isso demanda esforço, dedicação, trabalho árduo, enfim horas de estudo. Logo no primeiro mês de aulas ministradas observa-se que uma sala que contava com quarenta ou até quarenta e cinco alunos, vai se esvaziando. Passado dois meses do início a quantidade de alunos que frequenta é de dezoito a vinte alunos no máximo. Isso somente no primeiro bimestre.

De acordo com Moraes; Theóphilo,

O Problema da evasão pode estar sendo causado na própria família. Outra causa da evasão está no fato do aluno não saber escolher a profissão que quer seguir. Muitas vezes é transmitida ao jovem uma visão negativa do mercado de trabalho e da profissão. Uma boa escolha profissional leva em conta pelo menos três elementos: quem é o jovem, o que é o mercado e o que é a vida estudantil (MORAES; THEÓPHILO, 2007).

Sguissardi; Pucci, trazem a seguinte reflexão:

A realidade tem sido muito mais grave para os interesses das camadas não-proprietárias e trabalhadoras, quando seus filhos são empurrados para o período vespertino (o matutino é reservado para os "melhores" alunos) e especialmente para o período noturno. Ali, a experiência de educação dos trabalhadores resume-se quase exclusivamente a aulas expositivas, em flagrante descaso com o fato amplamente reconhecido pelo corpo docente e pela administração escolar de que o cansaço e o sono são a marca mais saliente do alunado desse período (SGUISSARDI; PÜCCI, 1992, p. 46).

Valente conduziu uma pesquisa que têm como objetivos básicos a caracterização dos jovens que compõem o numeroso grupo de evadidos da escola pública, levantamento das causas da evasão e percepções do que a escola deveria oferecer para que evadidos a ela retornassem. Em seus achados, identifica-se as seguintes causas da evasão:

dificuldades financeiras que os obrigaram a se inserir precocemente no mercado de trabalho; no caso das mulheres: gravidez, casamento e medo dos marginais do bairro; distância entre casa e escola; os conteúdos das disciplinas eram insatisfatórios e más professoras (VALENTE, 1991, *apud* MEDEIROS, 2008, p. 7).

Paulo Freire também demonstrava preocupação com a evasão escolar, a qual chamava de “expulsão da escola”, refletindo sobre o papel da sociedade e da ideologia dominante,

A luta hoje tão atual contra os alarmantes índices de reprovação que gera a expulsão de escandaloso número de crianças de nossas escolas, fenômeno que a ingenuidade ou a malícia de muitos educadores e educadoras chama de evasão escolar, dentro do capítulo do não menos ingênuo ou malicioso conceito de fracasso escolar. No fundo, esses conceitos todos são expressões da ideologia dominante que leva a instâncias de poder, antes mesmo de certificar-se das verdadeiras causas do chamado “fracasso escolar”, a imputar a culpa aos educandos. Eles é que são responsáveis por sua deficiência de aprendizagem. O sistema, nunca. É sempre assim, os pobres e miseráveis são os culpados por seu estado precário. São preguiçosos, incapazes. (FREIRE, 2003, p. 125)

Assim, nas sociedades capitalistas a educação tem estado a serviço da manutenção dos privilégios de classe. A ideologia liberal, que dá sustentação ao sistema capitalista, coloca a questão em termos de diferenças individuais, atribuindo ao próprio indivíduo o seu sucesso ou fracasso social e escolar, omitindo os condicionantes de ordem social, histórica, política e econômica que levam algumas pessoas ao sucesso e outras à marginalização ou exclusão do sistema como um todo, legitimando a sociedade de classes.

3 METODOLOGIA.

Um dos métodos adotados para o desenvolvimento deste trabalho é a pesquisa bibliográfica. As consultadas foram realizadas em literaturas a respeito do assunto, em livros, alguns artigos publicados na internet, outros artigos publicados em revistas e jornais.

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta.(FONSECA, 2002, p. 32).

Para Gil (2007, p. 44), os exemplos mais característicos desse tipo de pesquisa são sobre investigações sobre ideologias ou aquelas que se propõem à análise das diversas posições acerca de um problema.

Como a intenção é averiguar a opinião dos alunos sobre o motivo da evasão escolar no curso técnico noturno de Administração e organizar os dados por meio de instrumentos estatísticos, analisarem as informações e verificar seu contexto, utilizamos o método quantitativo e qualitativo.

O método quantitativo, segundo Richardson (1989), caracteriza-se pelo emprego da quantificação, tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento dessas através de técnicas estatísticas, desde as mais simples até as mais complexas.

Esse método constitui um diferencial no momento de garantir com precisão os resultados com poucas chances de distorções na análise das interpretações.

Os estudos de campo quantitativos encaminham-se por uma amostra de pesquisa onde o pesquisador parte de panoramas conceituais bem organizados, a partir dos quais expressa proposições sobre os fatos e situações que pretende estudar. Uma lista de conclusões é então deduzida das proposições. A coleta de dados ressaltará números (ou informações que possam ser transformadas em números) que permitam verificar a ocorrência ou não das conclusões, e daí então a aceitação ou não das proposições. Os dados serão analisados com apoio da Estatística ou técnicas matemáticas.

“O método qualitativo diverge do quantitativo à medida que não emprega um instrumental estatístico como base na análise de um problema, não pretendendo medir ou enumerar categorias” (RICHARDSON, 1989). Os estudos de campo qualitativos não têm um

significado preciso em quaisquer das áreas que sejam utilizados. Para alguns, todos os estudos de campo são necessariamente qualitativos e, mais ainda, identificam-se com a observação do participante.

Em relação aos procedimentos adotados na coleta de dados, será empregada, primeiramente a pesquisa bibliográfica, seguida da aplicação de um questionário de múltipla escolha, especificando certos aspectos como o motivo que leva o aluno a evadir da escola, fatores de abandono pelos alunos, educação profissional, perfil do aluno, benefícios conseguidos com o curso.

O questionário foi aplicado a uma amostra de 30 (trinta) alunos desistentes do curso técnico noturno de Administração ofertado no primeiro e segundo semestre de 2012 e 2013. Essa amostra irá abranger quatro turmas: duas turmas que iniciaram o curso em 2012 e duas turmas que iniciaram em 2013, pois o curso é semestral.

O estudo de caso refere-se especificamente aos alunos que evadiram o curso técnico noturno de Administração oferecido pelo Colégio Estadual Jardim Alegre de Telêmaco Borba - PR. Optou-se pelo estudo de caso que, de acordo com Fonseca (2002, p. 33) tem o intuito de “conhecer em profundidade o como e o porquê de uma determinada situação que se supõe ser única em muitos aspectos, procurando descobrir o que há nela de mais essencial e característico”.

Para Alves-Mazzotti (2006, p. 640), os exemplos mais comuns para esse tipo de estudo são os que focalizam apenas uma unidade: um indivíduo (como os casos clínicos descritos por Freud), um pequeno grupo (como o estudo de Paul Willis sobre um grupo de rapazes da classe trabalhadora inglesa), uma instituição (como uma escola, um hospital), um programa (como o Bolsa Família), ou um evento (a eleição do diretor de uma escola).

"Análise (ou explicação) é a tentativa de evidenciar as relações existentes entre o fenômeno estudado e outros fatores. Essas relações podem ser "estabelecidas em função de suas propriedades relacionais de causa-feito, produtor-produto, de correlações, de análise de conteúdo etc.". (MARCONI & LAKATOS, 2003, p. 167).

A pesquisa foi aplicada junto a 30 (trinta) alunos evadidos, selecionados aleatoriamente, tomando como base os dados existentes na ficha de matrícula.

De posse dos endereços, a pesquisadora realizou visitas domiciliares para aplicação da entrevista, cujo roteiro encontra-se em anexo (Apêndice A).

O Núcleo Regional de Educação, através da sua chefe, foi comunicado da realização da pesquisa e posicionou-se favoravelmente.

4 LEVANTAMENTO E ANÁLISE DOS RESULTADOS.

Este tópico traz os principais resultados obtidos na pesquisa. Faz um apanhado geral sobre o perfil do Ensino Técnico no Paraná, apresenta o lócus da ação – Colégio Estadual Jardim Alegre, o Curso Técnico de Administração nele ministrado e as percepções sobre a evasão, dos egressos do curso, coletadas através da aplicação do questionário.

4.1 PERFIL DO ENSINO TÉCNICO PROFISSIONAL NO ESTADO DO PARANÁ.

No Paraná os cursos de Educação Profissional técnica de nível médio, com organização curricular integrada ao Ensino Médio entraram em funcionamento no ano de 2004, através do Decreto n. 5.154, de 23 de julho de 2004.

Segundo as Diretrizes Curriculares da Educação Profissional,

a Educação Básica de nível médio, tomada como direito social universal de todo cidadão, é indissociável da formação profissional para acompanhar as mudanças da base técnica e, assim, aponta para além de uma formação como adaptação às demandas do mercado e do capital e dos padrões da “empregabilidade” ditados pela anunciada “sociedade do conhecimento” (PARANÁ, 2006, p. 15).

A Rede Estadual de Ensino do Paraná possui 53 cursos de formação técnica que são ofertados em 355 escolas estaduais de modo gratuito, cinco centros estaduais de educação profissional, dezoito colégios agrícolas e um colégio florestal. Todos os cursos disponibilizados foram verificados seguindo a propensão do mercado atual de trabalho.

A Lei 11.741 de 16 de julho de 2008 altera dispositivos da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. Sendo que no artigo 39 § 2º diz: “A educação profissional e tecnológica abrangerá os seguintes cursos:

- I – de formação inicial e continuada ou qualificação profissional;
- II – de educação profissional técnica de nível médio;
- III – de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação. “

Os cursos são gratuitos e ofertados de diversas formas: integrado ao Ensino Médio, subsequente ao Ensino Médio e integrado à Educação de Jovens e Adultos (EJA) por meio do

Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Jovens e Adultos (Proeja). Na forma integrada, os cursos duram quatro anos e são voltados para os alunos que estão terminando o 9º ano do ensino fundamental. Eles combinam disciplinas específicas com as do ensino médio.

Cursos técnicos subsequentes duram de um a dois anos e estão disponíveis para pessoas que já concluíram o Ensino Médio, mas buscam uma profissão.

No Proeja, os cursos têm duração de três anos para alunos com mais de 18 anos que vão começar a estudar na Educação de Jovens e Adultos (EJA) e precisam de um diferencial para ingressar no mercado de trabalho.

Desta forma, acredita-se que, no Paraná, através da implementação das Diretrizes da Educação Profissional, pretende-se que os jovens apropriem-se do conhecimento técnico e tecnológico, político social e cultural dos meios de produção, de forma articulada com as relações sociais do indivíduo de modo a contextualizar a teoria com a prática.

4.2 O PERFIL DA CIDADE DE TELÊMACO BORBA

O município de Telêmaco Borba está localizado no Centro leste Paranaense e faz divisa ao Norte com Curiúva, a Oeste com Ortigueira, ao Sul com Tibagi, a Leste com Ventania e a Sudoeste com Imbaú.

Sua instalação oficial deu-se em 21 de março de 1964, quando foi empossado, seu primeiro prefeito.

Segundo dados do IBGE (BRASIL, 2010), a área total do município é de 1.382,863 km² e, de acordo com a Lei Municipal 1759/90, 19,90 Km² constitui a área urbana. A população em 2010 era 69.872 de habitantes, a densidade demográfica de 50,43 hab/km² e o grau de urbanização de 97,95%.

A população ocupada no ano de 2000, no município de Telêmaco Borba, era de 21.105 pessoas.

Apresenta Índice de GINI¹ de 0,580 e Índice de Desenvolvimento Humano² de 0,767, ocupando o 97º lugar no *ranking* estadual. O IDHM-R (que se refere à renda) com 0,711

¹ Mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita. Seu valor varia de 0, quando não há desigualdade (a renda de todos os indivíduos tem o mesmo valor), a 1, quando a desigualdade é máxima (apenas um indivíduo detém toda a renda da sociedade e a renda de todos os outros indivíduos é nula). Fonte: http://www.pnud.org.br/popup/pop.php?id_pop=97, acesso: 23 dezembro 2013.

o qual mostra a necessidade de melhoria nas condições de trabalho, seja através da criação de novos postos de trabalho, qualificação da mão de obra local, melhora no nível de educação, etc.

As taxas de pobreza do município e a desigualdade social ainda são grandes. De acordo com o Censo Demográfico de 2010, a taxa de pobreza era de 21,60%, com 2243 pessoas na extrema pobreza, sendo 82 na área rural e 2161 na área urbana.

No ano de 2006, a estimativa de famílias com renda *per capita* de até meio salário mínimo era de 7.613 e destas, 3.828 tinham renda *per capita* de até R\$ 140,00 (BRASIL, 2010).

Dados do Censo Demográfico de 2010 revelaram que o fornecimento de energia elétrica estava presente praticamente em todos os domicílios. A coleta de lixo atendia 99,5% dos domicílios. Quanto à cobertura da rede de abastecimento de água o acesso estava em 98,1% dos domicílios particulares permanentes e 74,3% das residências dispunham de esgotamento sanitário adequado (BRASIL, 2010).

O Índice de Desempenho na Área de Educação (IDEB)³ do ano de 2009 foi de 4,6, o que demonstra a necessidade de melhora nas políticas públicas para educação. Observa-se que os resultados de 2011 não foram divulgados devido ao número de participantes na Prova Brasil serem insuficientes.

4.3 PERFIL DO COLÉGIO ESTADUAL JARDIM ALEGRE EM TELÊMACO BORBA (PR).

O Colégio Estadual Jardim Alegre, foi fundado em 21 de junho de 1982, como Escola Estadual Jardim Alegre.

Em 04 de abril de 1990, com a implantação do Ensino Médio, recebeu o nome de Colégio Estadual Jardim Alegre – Ensino de 1º e 2º Grau.

² Leva em conta o PIB per capita, depois de corrigi-lo pelo poder de compra da moeda de cada país, a longevidade e a educação. Fonte: <http://www.pnud.org.br/idh/>, acesso em 23 dezembro 2013.

³ foi criado pelo Inep em 2007 e representa a iniciativa pioneira de reunir num só indicador dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: fluxo escolar e médias de desempenho nas avaliações. Fonte: <http://portal.inep.gov.br/web/portal-ideb/o-que-e-o-ideb>, acesso em 23 dezembro 2013.

Situa-se na Rua Acácia, 195 - Bairro Jardim Alegre, Cep: 84.268-480 - Telêmaco Borba/Paraná Telefone: (42) 3273-2187 - e-mail : cejatb@gmail.com.

A estrutura física abrange as seguintes dependências.: Diretoria, sala de Direção Auxiliar, Sala para Supervisão e Orientação Pedagógica, Secretaria, Sala dos professores, 01 Laboratório de Química e 01 de Informática, Biblioteca, 01 sala para Vídeo, Cantina, Cantina Comercial, Pátio coberto, 01 Quadra de Esportes coberta, 12 salas de aulas, 02 banheiros para professores e funcionários e 02 para alunos, um masculino e um feminino.

Em se tratando de recursos humanos, o quadro funcional que corresponde a este estabelecimento de ensino, constitui-se de elementos admitidos pela entidade mantenedora (Estado) mediante nomeação por concurso de trabalho, e quanto a sua estrutura organizacional é composta de: Diretor, vice-diretor, a equipe pedagógica composta por 3 pedagogos, 45 professores, Secretário, equipe de apoio formada por 06 Técnicos Administrativos e 10 nos Serviços Gerais.

Atualmente atende 765 alunos dispostos em 29 turmas, sendo 166 alunos em 07 turmas no ensino fundamental; 588 alunos em 20 turmas no Ensino Médio.

A instituição de ensino foi credenciada para a oferta de cursos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio pela Resolução n.º 3489/09, de 23/10/09 da Secretaria de Estado da Educação.

Apesar das dificuldades, o colégio tem uma busca constante de melhora tanto na área pedagógica quanto material. Busca maior participação da comunidade nas reuniões conscientizando-os da importância da participação de todos: alunos, pais, professores e funcionários, também os incentivando a expressarem sua opinião, crítica ou sugestão para melhora do colégio como um todo.

Os professores utilizam métodos variados na tentativa de despertar o interesse dos alunos e na superação das dificuldades de aprendizagem.

O objeto da pesquisa são os alunos do Curso Técnico em Administração das turmas de 2012 e 2013.

Quando os professores observam o elevado número de faltas dos alunos, procuram colher informações junto aos demais alunos para saber os motivos que estão afastando o aluno dos bancos escolares. Procuram entrar em contato telefônico com os mesmos ou algum familiar. Desta forma, pretendem controlar a evasão, estimulando o aluno a retornar às atividades.

4.4 PERFIL DO ALUNO DO CURSO TÉCNICO NOTURNO DE ADMINISTRAÇÃO.

O alunando do curso técnico noturno de administração, em sua maioria é composto por indivíduos do sexo masculino, trabalhadores, estão na faixa etária inadequada para a série em que estudam e normalmente vive com companheiras. Fizeram a opção de voltar aos estudos vislumbrando melhorias empregatícias e/ou salariais. Não demonstram interesse em prosseguir os estudos (curso superior).

Para esse público a escola é apenas um recurso complementar na sua vida laboral, pois dependem do emprego para prover o sustento familiar. São de nível sócio econômico baixo.

Aqueles que pensam na possibilidade de mudança de emprego ambicionam trabalhar ou nas Indústrias Klabin (ramo papeleiro) ou na Empresa Braslumber (molduras em madeira). Levam em consideração que estas são as maiores empresas do município e responsáveis pelos melhores salários.

Moram em regiões periféricas da cidade e nas proximidades do colégio.

Aqueles que tem filhos, almejam melhores chances educacionais para suas crianças.

4.5 PERFIL DO CURSO TÉCNICO DE ADMINISTRAÇÃO DO COLÉGIO PESQUISADO.

A instituição de ensino foi credenciada para a oferta de cursos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio pela Resolução n.º 3489/09, de 23/10/09 da Secretaria de Estado da Educação. Neste ano ofertou o curso de Técnico de Administração, tendo como eixo tecnológico A Gestão de Negócios, para 40 alunos, dos quais 29 concluíram o curso.

A carga horária do curso é de 1000 horas, distribuídas em 4 horas diárias, de segunda a sexta feira, no período noturno.

O número de vagas é de no mínimo 30 alunos e no máximo 40 alunos por turma.

O período de integralização do curso é de no mínimo de 18 (dezoito) meses e máximo de 05 (cinco) anos.

Para a seleção dos alunos na composição das turmas, observa-se que os alunos que terminaram o Ensino Médio podem se inscrever e se passar da quantidade de 45 alunos, o critério de seleção na ordem é: Nota; Renda; e, Estudo somente em escola pública.

O Regime de matrícula é semestral e a modalidade de oferta é presencial e subsequente.

O aluno ao concluir o Curso Técnico em Administração conforme organização curricular aprovada, receberá o Diploma de Técnico em Administração.

A articulação com o Setor Produtivo se dá através de convênio com o Instituto PROE – Agente de Integração de Estágio. O estágio não é obrigatório, porém As empresas costumam procurar para estágio. Temos vários alunos que mantêm vínculo de estágio com algumas: COPEL, Prefeitura, Engecram, Klabin.

O Colégio não tem espaço físico para laboratórios de práticas, sendo esta uma das dificuldades encontradas pelos professores para a aplicação prática dos conhecimentos teóricos.

Não há programas de colocação e acompanhamento dos estudantes no mercado de trabalho. Eventualmente alguns alunos retornam e informam que, graças ao curso, conseguiram determinada colocação.

A avaliação é por bimestre. É realizada uma prova no valor: 4,0 e solicitado diversos tipos de trabalho que totalizam 6,0 fechando o total de 10,0. A média para aprovação é 6,0.

Para a maioria dos professores, dar aulas é um afazer complementar a suas atividades principais (bancários, funcionários públicos municipais, industriários, autônomos).

Conforme determinação da Secretaria de estado da Educação do Paraná (PARANÁ, 2009), a matriz curricular contempla as disciplinas e cargas horárias observadas no Anexo A. Desta forma, ao concluir o curso, a profissional será capaz de dominar conteúdos e processos relevantes do conhecimento científico, tecnológico, social e cultural utilizando suas diferentes linguagens, executa as funções de apoio administrativo, operar sistemas de informações gerenciais de pessoal e material e utilizar ferramentas da informática básica, como suporte às operações organizacionais.

4.6 PERCEPÇÕES SOBRE A EVASÃO, DOS EGRESSOS DO CURSO PESQUISADO.

Atualmente, a escola caracteriza-se como espaço ideal de troca de conhecimentos.

Diferentes sujeitos, em níveis diferenciados de conhecimento e oriundos de diferentes culturas criam um espectro de possibilidades quase infinitas. O professor precisa perceber a dinâmica da sala de aula como espaço produtor e produto do saber. O saber científico de domínio do docente deve ser apresentado ao aluno de maneira a transformar o saber cotidiano que ele traz de suas relações familiares e sociais.

Considerando que a educação é uma prática social que possibilita a humanização dos homens numa determinada cultura, ela pode ser compreendida a partir da sua dupla dimensão: a primeira no sentido da apropriação dos bens culturais produzidos ao longo da história e a segunda pela possibilidade de criar e recriar novos conhecimentos, valores e princípios. Ela é um processo que não tem término, porque não se acaba, deve mover-se numa direção e seguir uma orientação determinada, como quem busca um alvo que está sempre mirado e nunca atingido, pois, sempre que se cumpre uma de suas metas, percebe-se que o horizonte se alarga e outras metas muito mais longínquas devem ser alcançadas.

Desta forma, o objeto da pesquisa são os alunos do Curso Técnico em Administração cujas aulas tiveram início no 2º semestre de 2012 e 1º e 2º semestre de 2013.

A Tabela 1 expressa a relação entre os alunos matriculados e os desistentes.

Período	Alunos Matriculados	Alunos Desistentes
2012	41	23
1º Sem. 2013	90	46
2º Sem. 2013	42	26

Tabela 1: alunos matriculados X alunos desistentes

Fonte: Elaborada pela pesquisadora, 2013

Na turma de 2012 estavam matriculados 41 alunos, porém 23 alunos desistiram, sendo que apenas 18 alunos irão se formar no final de 2013. Para o 1º semestre de 2013 foram abertas duas turmas com um total de 90 alunos, dos quais 46 já desistiram. A turma que iniciou no 2º semestre de 2013 tinha 42 alunos, sendo que apenas 16 alunos continuam frequentando as aulas regularmente. Esses dados indicam um índice de evasão de 54,9%.

Os dados coletados na pesquisa realizada com 30 alunos que abandonaram o curso revelam que 13 são do sexo masculino e 17 são do sexo feminino.

A distribuição destes alunos, por sexo e idade pode ser observado na Tabela 2.

	Masculino	Feminino
16 a 20 anos	3	6
21 a 25 anos	7	4
26 a 30 anos	0	4
31 a 35 anos	1	1
36 a 40 anos	1	1
41 a 45 anos	1	1

Tabela 2: Distribuição Sexo/Idade
 Fonte: Elaborada pela pesquisadora, 2013

Analisando os dados coletados observa-se que a evasão é mais frequente entre as mulheres mais jovens (na faixa etária entre 16 a 20 anos) e entre os homens na faixa etária de 21 a 25 anos.

Com relação ao estado civil, os dados estão assim distribuídos:

Estado Civil	Homens	Mulheres
Solteiro	6	5
Casado	5	6
União estável	2	4
Separado	0	1
Viúvo	0	1

Tabela 3: Distribuição por estado civil
 Fonte: Elaborada pela pesquisadora, 2013.

Estes dados indicam que os alunos do sexo masculino, em sua maioria (46,2%), são solteiros, enquanto que as mulheres são casadas (35,30%).

A Figura 1 expressa a composição familiar dos alunos evadidos.

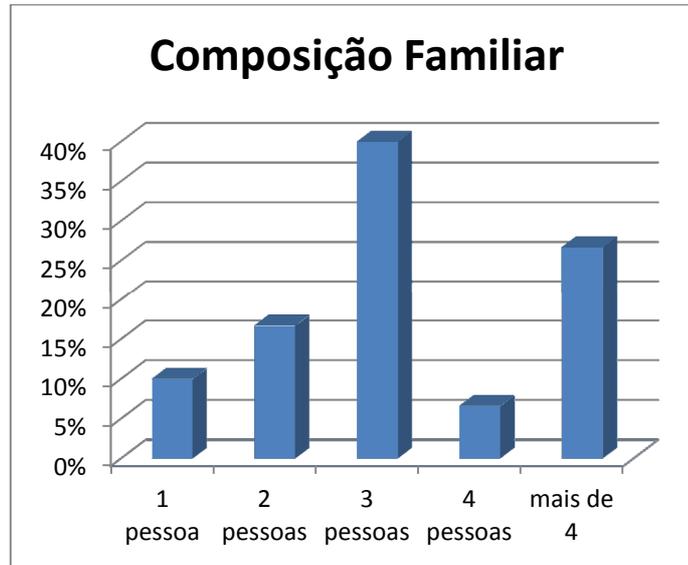


Figura 1: composição familiar
Fonte: Elaborado pela autora, 2013

Na composição familiar constata-se que os alunos que evadiram são oriundos, em sua maioria, de famílias compostas por 3 pessoas (40%), e com mais de 4 pessoas (27%). Relacionando estes dados com aqueles apresentados na tabela 3 pode-se concluir que os homens solteiros ainda vivem sob o mesmo teto que seus pais e as mulheres são mães de um filho ou dois filhos.

Os alunos evadidos apresentam-se em situação empregatícia demonstrada no Figura 2.

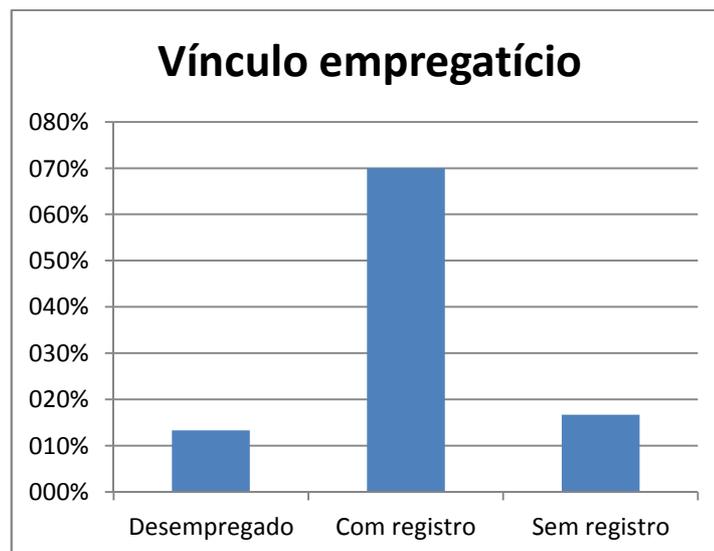


Figura 2: Vínculo empregatício
Fonte: Elaborado pela autora, 2013

Observando a Figura 2, constata-se que 70% dos alunos evadidos, são trabalhadores inclusos no mercado formal de trabalho, dos quais 3,30% estão vivenciando o primeiro emprego e 16,7% encontram-se em atividades remuneradas, porém sem registro em carteira profissional e, 13,30% estão desempregados. Isto permite caracterizar a clientela pesquisada como pertencente à classe trabalhadora.

A titularidade dos imóveis em que residem, encontra-se demonstrada na Figura 3.

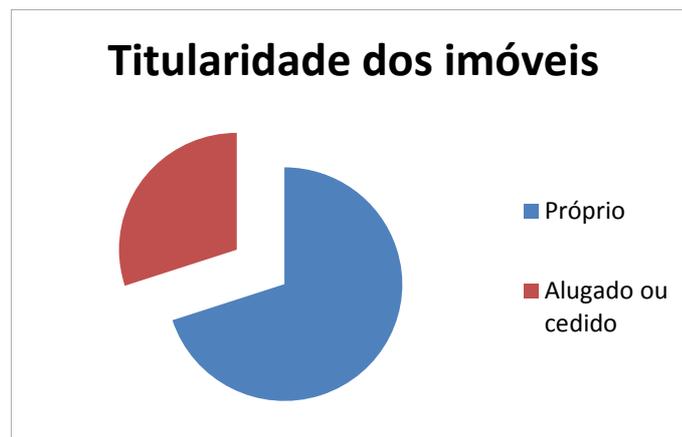


Figura 3: Titularidade dos imóveis
Fonte: Elaborado pela autora, 2013

De acordo com os dados apresentados 70% dos entrevistados residem em casas próprias, enquanto 30% pagam aluguel ou moram de favor. Vale ressaltar que as despesas mensais com aluguel variam entre R\$ 300,00 (trezentos reais) e R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais) mensais.

Em 90% das residências há toda a infraestrutura de serviços públicos como água, esgoto, luz e coleta de lixo. 6,7% dos pesquisados não são atendidos com rede de esgoto e 3,3% não são beneficiados com luz elétrica, conforme pode ser notado na Figura 4.

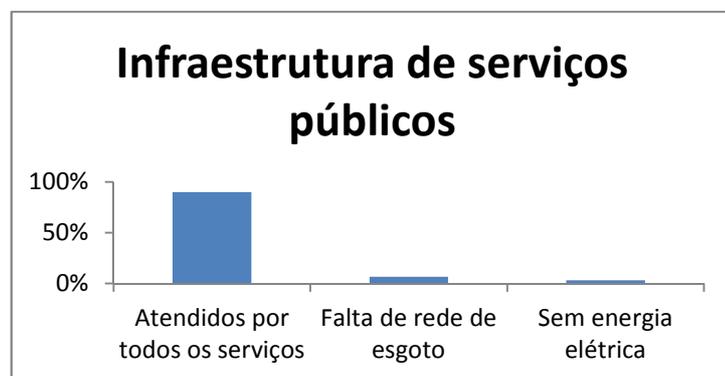


Figura 4: Infraestrutura de serviços públicos
Fonte: Elaborado pela autora, 2013

A população estudada não se enquadra como de risco ou em vulnerabilidade social⁴, como se pode concluir ao observar na Figura 5, que indica que apenas 3,3% do alunado estudado é beneficiário de Programa Social Federal (Bolsa-família).

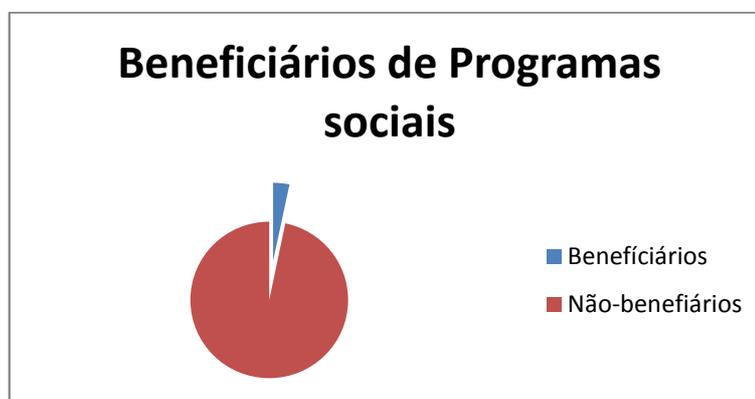


Figura 5: Beneficiários de programas sociais
Fonte: Elaborado pela autora, 2013

Entendendo participação como os comportamentos individuais de procura e de livre escolha daquilo que é disponível na situação presente e de comportamentos coletivos de associação e de promoção de recursos e, compreendendo vida social como a inter-relação entre os indivíduos de modo a conviver em sociedade com responsabilidade e cumprindo os compromissos sociais que lhe competem, pode-se afirmar que para esta clientela, a participação na vida social não se concretiza, conforme indica a Figura 6.



Figura 6: Participação na vida social
Fonte: Elaborado pela autora, 2013

⁴ a vulnerabilidade de um indivíduo, família ou grupos sociais refere-se à maior ou menor capacidade de controlar as forças que afetam seu bem-estar, ou seja, a posse ou controle de ativos que constituem os recursos requeridos para o aproveitamento das oportunidades propiciadas pelo Estado, mercado ou sociedade (MINISTÉRIO DO TRABALHO, 2007, p. 14)

Na vida destes indivíduos a igreja (religião) é a forma de participação social em 63.3% dos casos e 10% dos entrevistados tem uma atividade de lazer: jogar futebol.

Com relação à importância do trabalho na vida destes alunos, observa-se nas respostas que a possibilidade de crescimento na empresa e na vida pessoal motiva 70% dos entrevistados e a independência financeira foi apontada por 30% como fator relevante na vida profissional, conforme demonstra a Figura 7.

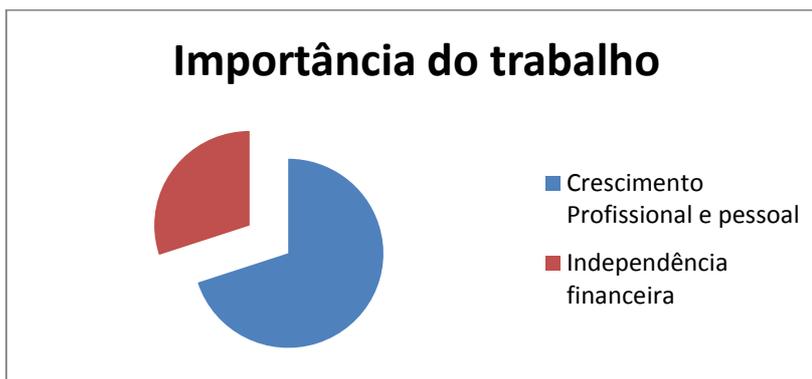


Figura 7: Importância do trabalho
Fonte: Elaborado pela autora, 2013

Todos os alunos indicam que se motivaram a fazer o Curso Técnico de Administração com o intuito de adquirir conhecimento na área, visando colocação profissional ou melhoria nas suas condições laborais atuais.

Com relação à opinião pessoal a respeito do Curso, 73% dos entrevistados acham o curso bom. Destes, destaca-se a seguinte colocação (para facilitar o entendimento, os alunos entrevistados foram identificados por números de 1 a 30 aleatoriamente): “o curso, a grade em si, são boas, os professores também, mas eu esperava mais reconhecimento, oportunidade e estágio” (Aluna 1).

70 % dos alunos afirmam que o curso atende suas expectativas. Dentre os alunos (30%) que não ficaram satisfeitos com o curso, destaca-se as seguintes observações: “ média muito baixa. Deveria ser 7,0 para que os alunos se dedicassem mais” (Aluno 18); e, “ o curso não atendeu minhas expectativas por falta de estrutura para as aulas realizadas, pela falta de comprometimento de alunos e alguns professores” (Aluna 7).

Entre as dificuldades apontadas pelos alunos para frequentar o curso, destaca-se o custo com transporte; problemas de saúde; a incompatibilidade com o horário de trabalho, haja vista a necessidade de fazer horas extras; muito cansativo trabalhar e estudar; falta de

transporte nos horários de entrada e saída da escola; violência acentuada nos bairros, gerando insegurança nos alunos; e, necessidade de cuidar dos filhos.

4.7 SUGESTÕES PARA OS PROBLEMAS RELATADOS.

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 205, estabelece que a educação – direito de todos e dever do Estado e da família – deve visar o pleno desenvolvimento da pessoa humana, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, que é também uma das várias dimensões da ideia-força da cidadania. Ela se amplia na medida em que se afirma como prática social, para além dos textos legais.

Assim, entende-se que a escola tem como papel fundamental formar cidadãos, dar aos alunos os ensinamentos de que eles necessitam para viver e trabalhar neste mundo em evolução, bem como orientá-los para a vida. Porém, isso só vai acontecer, se a escola definir como meta, o trabalho crítico com os conteúdos a ser estudados pelos educandos. Através deste trabalho e da busca pelo exercício da cidadania, a escola deve mostrar às novas gerações a importância de cada indivíduo e seu papel na sociedade, enquanto cidadãos conscientes de seus direitos e deveres. “É preciso que a escola compreenda que também é seu papel, dar ao aluno condições para se inserir no meio social. É preciso atentar para a evolução do mundo e orientar o estudante para a vida” (CARMO, 2010).

Na prática pedagógica o que se observa é que as escolas brasileiras não tem instrumentalizado seus usuários para poderem participar ativa e criticamente dos destinos da sociedade, apesar das crescentes exigências que o contexto sociocultural coloca para a educação.

Os dados coletados na pesquisa indicam que os alunos, de modo geral, não estão se comprometendo com a educação e a escola também não está se transformando para atender as demandas específicas do alunado do curso Técnico de Administração noturno.

Diante das dificuldades apontadas pelos alunos, pode-se sugerir as seguintes iniciativas para minimizar o problema da evasão escolar no Curso Técnico de Administração do Colégio Estadual Jardim Alegre:

a) melhorias na estrutura física do prédio do colégio, possibilitando mais experiências práticas, através da criação de laboratórios. Muitas vezes as questões de administração

parecem distantes da vida do aluno e muitos conceitos são bastante subjetivos. O aluno adquire conceitos teóricos que não consegue relacionar com as situações cotidianas e práticas. Assim, com as melhorias sugeridas, seriam propiciadas condições para que o aluno tenha oportunidade de aprimorar os conceitos teóricos estudados em sala de aula, através de experimentos variados que são trabalhados em laboratório. As aulas seriam mais dinâmicas e interessantes para os alunos, ainda mais se considerando que chegam ao colégio cansados do trabalho e com pouca disposição para aprender.

b) contratação de professores mais motivados e bem preparados. Há necessidade de que a escola desenvolva nos seus profissionais um olhar sobre os sujeitos que compõem a sala de aula, despertando para a maneira diferente com que os sujeitos podem estar se desenvolvendo diante da aprendizagem.

O professor, por sua vez, deve considerar no exercício de sua função o aluno como sujeito de múltiplas relações, que por estar em processo de formação, deve ser considerado em sua totalidade. Assim, deve assegurar ao educando uma formação crítica, capaz de levá-lo a refletir sobre temáticas cotidianas e interferir positivamente em seu meio e, sobretudo, em sua vida para transformá-la.

c) realização de parceria com mais empresas permitindo a relação dos conhecimentos teóricos e práticos através da realização de estágios. Enfatiza-se neste sentido que o estágio não é atividade prática e o papel do estagiário não é apenas o cumprimento de uma determinada carga horária, mas vai muito além, no sentido de conhecer, analisar e refletir sobre a prática social observada. Assim, a reflexão estará focada na importância do estágio e da atuação do estagiário como um observador atento.

Diante desse olhar atento e curioso deve-se considerar toda a complexidade do ambiente de trabalho para que suas ações se tornem propositivas no sentido de refletir sobre essa realidade, com o intuito de construir a própria aprendizagem.

Para que a aprendizagem se torne significativa, é necessário discutir as experiências vivenciadas no campo de estágio e teorizá-las à luz de um referencial teórico que articule a prática com os conhecimentos adquiridos ao longo do curso.

d) criação de um banco de empregos onde o colégio faça o encaminhamento de seus alunos egressos para vagas. As empresas entrariam em contato com o colégio solicitando candidatos e esta poderia indicar entre seus alunos aqueles com perfil mais adequado. Deste modo, a

escola estaria mostrando aos alunos a importância do curso e as possibilidades reais de utilização dos conhecimentos adquiridos.

e) contato com a empresa de transporte coletivo no sentido de viabilizar ônibus nos horários de entrada e saída.

f) interceder junto à Prefeitura Municipal no sentido de fornecer transporte gratuito para os alunos dos cursos técnicos no período noturno. O custo com o transporte público ou com o contrato de serviços particulares são fatores contribuem significativamente para a evasão escolar.

g) Polícia Militar/Patrolha Escolar mais atuante nos horários de entrada e saída dos alunos. O Colégio estadual Jardim Alegre situa-se em um bairro onde a violência e a criminalidade se fazem notar com maior incidência. Com a atuação mais efetiva da polícia, a ação de criminosos pode ser minimizada e os alunos sentirão mais segurança.

h) Desenvolver um programa oficial de acompanhamento de egressos e da evasão para alunos dos cursos técnicos noturnos (semelhante ao proposto pelo Programa FICA comigo - enfrentamento a evasão escolar do governo do Estado do Paraná, para crianças e adolescentes). Este seria um recurso utilizado pela escola para conscientizar o aluno da importância da educação para sua vida e seu futuro.

Com este programa seria possível conhecer os índices e as causas de abandono escolar, identificar as dificuldades enfrentadas pelo aluno no processo ensino aprendizagem, tomando todas as medidas pedagógicas necessárias para auxiliá-lo a superar suas limitações e, a trabalhar para tornar a escola relevante na vida dos alunos, principalmente daqueles em situação de risco, realçando a importância da educação na vida e no futuro de cada um.

i) e, sendo muito otimista, reivindicar, junta à Prefeitura Municipal, o funcionamento de creche em horários noturnos para a mãe estudante, viabilizando a permanência das alunas no curso.

Desta forma, a escola se tornará um espaço acolhedor e facilitador da permanência do aluno, possibilitando a aprendizagem de conteúdos que permitam o desenvolvimento das competências necessárias para serem cidadãos plenos e contribuam para melhorar a sociedade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Muitas são as instâncias que exercem, sistemática ou assistemáticamente, a função de educar. Dentre elas destacam-se a família, a escola, o trabalho, e os meios de comunicação de massa, que, em conjunto, transmitem aos indivíduos o patrimônio cultural, para inseri-los num contexto social e em determinada época histórica.

Representante da educação formal e por ela responsável, a escola aglutina um grupo de profissionais, com funções específicas, voltados para a tarefa de educar num determinado tempo e espaço e de acordo com um planejamento preestabelecido.

Nas modernas sociedades industrial e pós-industrial, a chamada revolução tecnológica trouxe novas formas de percepção do mundo e das relações que os homens passaram a estabelecer entre si, a partir de avanços tecnológicos.

As profundas mudanças sociais geram reflexos na escola que, precisa também atender aos avanços no setor produtivo e seus reflexos na qualificação para o trabalho.

Entre as políticas públicas de educação voltadas para os cursos técnicos, destaca-se: o PRONATEC, criado em 2011, ofertando cursos gratuitos com o objetivo de ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica beneficiando estudantes do ensino médio da rede pública, inclusive da educação de jovens e adultos; trabalhadores; e, beneficiários dos programas federais de transferências de renda; o Programa Brasil Profissionalizado, criado em 2007, que leva em consideração o desenvolvimento da educação básica na rede local de ensino e faz uma projeção dos resultados para a melhoria da aprendizagem; e, o PROEJA, instituído em 2005, com o objetivo de integrar à educação profissional à educação básica buscando a superação da dualidade de trabalho manual e intelectual, assumindo o trabalho na sua perspectiva criadora e não alienante.

Neste contexto, a partir de 2009 o Colégio Estadual Jardim Alegre passa a ofertar cursos técnicos no horário noturno. Para o presente estudo, reveste-se de suma importância o Curso Técnico de Administração, sobretudo aquele ofertado nos anos de 2012 e 2013.

O interesse recai principalmente pela elevada taxa de evasão no curso, que chega a atingir o índice de 54,9%.

O estudo da literatura sobre evasão escolar e a realização da pesquisa permitiu conhecer os protagonistas da evasão e as causas que os levaram a tal ato de autoexclusão.

Os dados coletados propiciam o seguinte diagnóstico do alunado evadido do Colégio Estadual Jardim Alegre: a evasão é maior entre as mulheres, casadas, na faixa etária de 16 a 20 anos, residentes em imóveis próprios, com famílias constituídas por três pessoas, em áreas com infraestrutura de serviços públicos como rede de água, luz elétrica, coleta de lixo e rede de esgoto. Encontram-se em situação socioeconômica que as exclui dos Programas Sociais do Governo Federal (Bolsa Família). São jovens cujo acesso à vida social se dá predominantemente através da igreja. Iniciaram os estudos no curso Técnico de Administração no horário noturno ambicionando progressos na vida profissional e pessoal. Estavam satisfeitas com o curso, que atendia as expectativas que criaram a seu respeito.

Entre as dificuldades apontadas pelos alunos para frequentar o curso, destaca-se o custo com transporte; problemas de saúde; a incompatibilidade com o horário de trabalho, haja vista a necessidade de fazer horas extras; muito cansativo trabalhar e estudar; falta de transporte nos horários de entrada e saída da escola; violência acentuada nos bairros, gerando insegurança nos alunos; e, necessidade de cuidar dos filhos.

Desta forma, pode-se entender o cotidiano da vida destes alunos que abandonaram a escola, propondo assim, ações que permitam à equipe docente enfrentar as situações que levam o aluno à desistência.

A realização do presente estudo permitiu concluir que embora a evasão, ou seja, o abandono escolar durante o ano letivo, seja um fenômeno inserido no contexto político, administrativo e social, observado em todas as modalidades de ensino e segmentos educacionais, não há políticas ou ações públicas direcionadas para o seu combate nos cursos técnicos noturnos.

A partir desta premissa, sugere-se para trabalhos futuros a investigação da evasão escolar sob a ótica dos professores; o papel da escola frente a evasão escolar; e, a responsabilidade parental na educação formal de seus filhos.

REFERÊNCIAS.

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith. Usos e abusos dos estudos de caso. **Cad. Pesquisa.**, São Paulo, v. 36, n. 129, Dec. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742006000300007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 set. 2013.

ARROYO, Miguel G. **Da Escola Coerente à Escola Possível**. São Paulo: Loyola, 1997.

BRASIL. **Constituição Federal de 1937**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao37.htm. Acesso em: 07 nov. 2013.

_____. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. 1971. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5692.htm. Acesso em: 07 nov. 2013.

_____. **Lei nº 6545, de 30 de junho de 1978**. Dispõe sobre a transformação das Escolas Técnicas Federais de Minas Gerais, do Paraná e Celso Suckow da Fonseca em Centros Federais de Educação Tecnológica e dá outras providências. 1978. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6545.htm. Acesso em: 07 nov. 2013.

_____. **Constituição da república federativa do Brasil**. Brasília: Ministério da Educação, 1989.

_____. **Lei nº 8.948, de 08 de dezembro de 1994**. Dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica e dá outras providências. 1994. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8948.htm. Acesso em: 08 nov. 2013.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>. Acesso em: 08 nov. 2013.

_____. **Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Senado Federal, 1996.

_____. **Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997**. Regulamenta o § 2º do Art. 36 e os Arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2208.htm. Acesso em: 07 nov. 2013.

_____. **Lei nº 11.184 de 7 de outubro de 2005**. Dispõe sobre a transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná em Universidade Tecnológica Federal do Paraná e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11184.htm. Acesso em: 09 nov. 2013.

_____. **Lei nº 11.195, de 18 de novembro de 2005.** Dá nova redação ao § 5º do art. 3º da Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11195.htm. Acesso em: 09 nov. 2013.

_____. **Decreto 5.840/06, de 13 de julho de 2006.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/D5840.htm. Acesso em: 10 set. 2013.

_____. **PROEJA.** 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=562&catid=259:proeja-&id=12288:programa-nacional-de-integracao-da-educacao-profissional-com-a-educacao-basica-na-modalidade-de-educacao-de-jovens-e-adultos-proeja&option=com_content&view=article. Acesso em: 09 nov. 2013.

_____. **Brasil profissionalizado.** 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=663&id=12325&option=com_content&view=article. Acesso em: 18 set. 2013.

_____. **Centenário da rede federal de educação profissional e tecnológica.** Brasília: MEC, 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf, Acesso em: 08 nov. 2013.

_____. **Censo demográfico 2010.** Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?uf=41&dados=1>. Acesso em 05 Out. 2013.

_____. **Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011.** Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec); altera as Leis nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social e institui Plano de Custeio, nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, e nº 11.129, de 30 de junho de 2005, que institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem); e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12513.htm. Acesso em: 08 nov. 2013.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Projeto de Lei do Plano Nacional de Educação (PNE 2011/2020)** : projeto em tramitação no Congresso Nacional / PL no 8.035 / 2010 / organização: Márcia Abreu e Marcos Cordioli. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011.106 p. – (Série ação parlamentar. n. 436) .

CARMO, Antonio Rosemir do. **O papel da escola e do professor na construção do saber crítico do aluno.** Disponível em: <http://www.artigonal.com/educacao-artigos/o-papel-da-escola-e-do-professor-na-construcao-do-saber-critico-do-aluno-1361189.html>, acesso em 15 outubro 2013.

CORREIA, Mailza da Silva. **A educação popular no Brasil império: as primeiras iniciativas de escolas noturnas em Alagoas (1870-1889).** Maceió: Universidade Federal de Alagoas. Monografia pós graduação. 2011, 122 p.

FERRARO, Alceu Ravello. **Diagnóstico da escolarização no Brasil**. Universidade Católica de Pelotas. 1999. Disponível em: http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/rbde12/rbde12_04_alceu_ravello_ferraro.pdf. Acesso em 17 out. 2013.

FONSECA, Celso Suckow. **História do Ensino Industrial no Brasil**. Rio de Janeiro: Escola Técnica, 1961.

FONSECA, João José Saraiva de. **Metodologia científica**. Curso de especialização em comunidades virtuais de aprendizagem – informática educativa. Fortaleza : UFC, 2002. Disponível em: <http://www.slideshare.net/frankherbster/apostila-metodologia-15188964>. Acesso em: 15 set. 2013.

FREIRE, Paulo. **Cartas a Cristina: reflexões sobre minha vida e minha práxis**. 2. ed. São Paulo: UNESP, 2003.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Educação e Trabalho no Brasil: o estado da questão**. Brasília: INEP; Santiago: REDUC, 1991.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 6.ed.

MARX, Karl. **Formações Econômicas Pré-capitalistas**. 6ª ed. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1991.

MEDEIROS, Wanda Maria Marcolin de. **Evasão escolar: o caso do Centro Estadual de Educação Profissional Agrícola Mohamad Ali Hamzé**. Jacarezinho : SEED, 2008. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1443-6.pdf>. Acesso em: 10 out. 2013.

MENEZES FILHO, Naércio Aquino. **Educação e desigualdade**. LISBOA, Marcos de Barros; MENEZES FILHO, Naércio Aquino. **Microeconomia e sociedade no Brasil**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2001.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **Estatísticas da educação básica no Brasil**. 1998. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/censo/escolar/sinopse/sinopse.htm>. Acesso em: 10 out. 2013.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Aspectos Conceituais da Vulnerabilidade Social**. Brasília: MTE/DIEESE, 2007.

MORAES, Júlia O.; THEÓPHILO, Carlos R. **Evasão no ensino superior: Estudo dos Fatores Causadores da Evasão no Curso de Ciências Contábeis da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES** – 2007. Disponível em: <http://www.congressoec.locaweb.com.br/artigos32006/370.pdf>. Acesso em: 09 nov. 2013.

MOURA, Dante Henrique. **Educação básica e educação profissional e tecnológica: dualidade histórica e perspectivas de integração**. IN: Anais da 30ª Reunião Anual da ANPED. Caxambu/MG: ANPED, 2007.

NASCIMENTO, Maria Isabel Moura; NASCIMENTO, Manoel Nelito Matheus. **História da educação brasileira**. Ponta Grossa : UEPG/NUTEAD, 2010.

NERI, Marcelo Cortês. **O tempo de permanência na escola e as motivações dos sem-escola**. Rio de Janeiro : FGV/IBRE, 2009.

PARANÁ. **Diretrizes da Educação Profissional**: fundamentos políticos e pedagógicos. Curitiba: SEED, 2006.

_____. **Diretrizes curriculares da educação básica – Língua estrangeira moderna**. Curitiba: SEED, 2008.

_____. **Resolução nº 3.489, de 23 de outubro de 2009**. Curitiba : SEED, 2009.

_____. **Programa FICA Comigo** : enfrentamento à evasão escolar. Curitiba : SEED, 2009.

RICHARDSON, Roberto Jarry e Colaboradores. **Pesquisa Social: Métodos e Técnicas**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1989.

RODRIGUES, E. M.. Ensino noturno de 2.º grau: o fracasso da escola ou a escola do fracasso. **Educação e Realidade**, v. 20, n.º 1, jan/jun. São Paulo: Atlas, 1995.

SAVIANI, Demerval. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1991.

SGUISSARDI, Valdemar; PUCCI, Bruno; Ensino noturno: desconhecimento do trabalho e novos desafios. **Revista brasileira Estudos pedagógicos**. Brasília, v. 73, n. 173, p.30-62, jan/abr. 1992.

TOGNI, Ana Cecília; CARVALHO, Marie Jane Soares. A Escola Noturna de Ensino Médio no Brasil. **Revista Iberoamericana de Educación**. n. 44, p. 61 – 76, 2007. Disponível em: <http://www.rioei.org/rie44a04.htm>. Acesso em: 10 out. 2013.

TOZETTO, Anita Henriqueta Kubiak *et al.* **Política e Organização da Educação Brasileira**. Ponta Grossa : UEPG/NUTEAD, 2009.

ANEXOS

APÊNDICE A – Entrevista

Convido o Senhor (a) a responder o questionário abaixo, cujos dados serão utilizados para o desenvolvimento de uma pesquisa de monografia do Curso de Gestão Pública Municipal da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, que tem por objetivo Avaliar os motivos da evasão escolar no curso técnico noturno de Administração no Colégio Jardim Alegre em Telêmaco Borba (PR), nos períodos de 2012 a 2013, sob a perspectiva dos alunos (as).

1 Identificação

a) Sexo:

Masculino

Feminino

b) Faixa etária:

16 a 20 anos

21 a 25 anos

26 a 30 anos

31 a 35 anos

36 a 40 anos

41 a 45 anos

acima de 46 anos

2 COMPOSIÇÃO FAMILIAR

a) Relacionamento conjugal

Solteiro(a)

Casado(a)

separado(a)/divorciado(a)

viúvo(a)

União estável.

b) Quantas pessoas moram em sua casa?

2 pessoas.

3 pessoas.

4 pessoas.

mais de 4 pessoas

moro sozinho(a)

3 SITUAÇÃO SÓCIOECONÔMICA

a) Situação atual:

desempregado há _____ meses

trabalhando com registro na Carteira de Trabalho

trabalhando sem registro na Carteira de Trabalho

trabalhando por conta própria

buscando o primeiro emprego

Outros: _____

b) Situação do imóvel

Próprio

- () Alugado Valor: _____ Quem paga: _____
 () Financiado Valor: _____ Quem paga: _____
 () Cedido Quem cedeu: _____
 () Irregular/invadido

c) São beneficiados com luz elétrica?

- () Não
 () Sim

d) São beneficiados com água encanada?

- () Não
 () Sim

e) São beneficiados com rede de esgoto?

- () Não
 () Sim

f) São beneficiados pela coleta de lixo

- () Não
 () Sim

g) É beneficiário de algum Programa Social do Governo?

- () Não
 () Sim Qual: _____

h) Participa/frequenta alguma instituição?

- () Associação de moradores/bairro
 () Igreja Qual: _____
 () atividades esportivas Qual: _____
 () outros Qual: _____
 () Não participa/não frequenta

4 CARACTERISTICAS EDUCACIONAIS/ PROFISSIONAIS

a) Na sua opinião, por que importante ter um trabalho?

- () Para ter mais responsabilidade.
 () Independência financeira.
 () Adquirir experiência.
 () Crescer profissionalmente.
 () Sentir-me útil.
 () Para fazer amigos, conhecer pessoas.
 () Não acho importante ter um trabalho.

b) O que motivou a fazer o curso?

- () Adquirir conhecimento em uma área
 () Necessidade de ganhar dinheiro
 () Falta de opções de outros cursos
 () Ter uma profissão

c) Qual sua opinião a respeito do curso Técnico em Administração ministrado no Colégio Estadual Jardim Alegre?

d) Suas expectativas com o curso foram cumpridas?

() sim.

() não Por que?

e) Quais as dificuldades encontradas para frequentar o curso?

f) Por que você abandonou o curso?

ANEXO A – Matriz Curricular do Curso Técnico em Administração

Matriz Curricular						
Estabelecimento: Colégio Estadual Jardim Alegre, Ensino Fundamental, Médio e Profissionalizante						
Município: Telêmaco Borba						
Curso: Técnico em Administração						
Forma: Subsequente				Implantação gradativa a partir do ano: 2012		
Turno: Noturno				Carga horária: 1200 horas/aula – 1000 horas		
MÓDULO: 20				Organização: Semestral		
DISCIPLINAS		SEMESTRES			Hora/aula	horas
		1º	2º	3º		
1	ADMINISTRAÇÃO DE PRODUÇÃO DE MATERIAIS	2	3		100	83
2	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA	3			60	50
3	COMPORTAMENTO ORGANIZACIONAL			3	60	50
4	CONTABILIDADE		3	2	100	83
5	ELABORAÇÃO E ANÁLISE DE PROJETOS			2	40	33
6	ESTATÍSTICA APLICADA	3			60	50
7	FUNDAMENTOS DO TRABALHO	2			40	33
8	GESTÃO DE PESSOAS		3	2	100	83
9	INFORMÁTICA	2	2		80	57
10	INTRODUÇÃO À ECONOMIA		3	2	100	83
11	MARKETING			3	60	50
12	MATEMÁTICA FINANCEIRA	2	2		80	67
13	NOÇÕES DE DIREITO E LEGISLAÇÃO DO TRABALHO		2	3	100	83
14	ORGANIZAÇÃO, SISTEMAS E MÉTODOS	3			60	50
15	PRÁTICA DISCURSIVA E LINGUAGEM	3			60	50
16	TEORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO		2	3	100	83
TOTAL		20	20	20	1200	1000

Tabela 4: Matriz Curricular do curso de Administração
Fonte: PARANÁ (2009)